



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 05/2015

Disponibilização: 16 de março de 2015

Período abrangido: 02 a 13 de março de 2015

ÍNDICE TEMÁTICO

1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA / AGRO-PECUÁRIA**
- **CAÇA**
- **PESCAS**

2. AMBIENTE

3. CIDADANIA

- **CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

4. COMÉRCIO

5. CULTURA

6. DEFESA / FORÇAS ARMADAS

7. EDUCAÇÃO

8. EMPRESAS

9. ENERGIA

10. FINANÇAS

- **BANCA / INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO / SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**



11. HABITAÇÃO

12. IGUALDADE DE GÉNERO

13. INDÚSTRIA

14. JUSTIÇA

15. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

16. PORTUGAL 2020

17. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

18. SAÚDE

19. SEGURANÇA SOCIAL

20. TRABALHO

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**



1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

Portaria n.º 58/2015, de 02 de março **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Estabelece o regime de aplicação do apoio 7.10.2, «Manutenção das galerias ripícolas», inseridas no apoio n.º 7.10, «Silvoambientais», da medida n.º 7 «Agricultura e Recursos Naturais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

Portaria n.º 68/2015, de 09 de março

(Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e ou ampliação, de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, de revelação e aproveitamento de massas minerais, de aproveitamento de depósitos minerais e instalações de resíduos da indústria extrativa.

• CAÇA

Portaria n.º 66/2015, de 06 de março

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Quarta alteração à Portaria n.º 123/2001, de 23 de fevereiro que define os termos, os conteúdos das provas e o processo do exame para obtenção da carta de caçador.

• PESCAS

Portaria n.º 60-D/2015, de 02 de março

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece um regime transitório para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco.



2. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 33/2015, de 04 de marco

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (EU) n.º 649/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012.

Portaria n.º 68/2015, de 09 de marco

(Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e ou ampliação, de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, de revelação e aproveitamento de massas minerais, de aproveitamento de depósitos minerais e instalações de resíduos da indústria extrativa.

3. CIDADANIA

• CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Portaria n.º 60/2015, de 02 de marco

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece as condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD).

4. COMÉRCIO

Portaria n.º 60-B/2015, de 02 de marco

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa o montante das taxas devidas pela autorização conjunta para a instalação e para a alteração significativa de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8000 m², incluindo as prorrogações.



5. CULTURA

Decreto n.º 4/2015, de 04 de março **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Procede à reclassificação como monumento nacional o Cromeleque dos Almendres, na Herdade dos Almendres, União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, concelho e distrito de Évora.

6. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

Decreto-Lei n.º 31/2015, de 04 de março **(Ministério da Defesa Nacional)**

Fixa os efetivos das Forças Armadas para o ano de 2015.

Portaria n.º 75/2015, de 12 de março **(Ministérios das Finanças, da Defesa Nacional e da Educação e Ciência)**

Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional.

7. EDUCAÇÃO

Declaração de Retificação n.º 9-A/2015, de 04 de março **(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)**

Retifica a Portaria n.º 57-C/2015, de 27 de fevereiro, dos Ministérios das Finanças e da Educação, que fixa o número de vagas a preencher pelo concurso externo, previsto e regulado no Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio.

Declaração de Retificação n.º 9-B/2015, de 04 de março **(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)**

Retifica a Declaração de Retificação n.º 9-A/2015, de 4 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que retifica a Portaria n.º 57-C/2015, de 27 de fevereiro.



Portaria n.º 75/2015, de 12 de março

(Ministérios das Finanças, da Defesa Nacional e da Educação e Ciência)

Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional.

8. EMPRESAS

Portaria n.º 60-B/2015, de 02 de março

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa o montante das taxas devidas pela autorização conjunta para a instalação e para a alteração significativa de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8000 m², incluindo as prorrogações.

9. ENERGIA

Portaria n.º 60-E/2015, de 02 de março

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Altera a Portaria n.º 14/2015, de 23 de janeiro, que define o procedimento para apresentação de mera comunicação prévia de exploração das unidades de produção para autoconsumo, bem como para obtenção de um título de controlo prévio no âmbito da produção para autoconsumo ou da pequena produção para injeção total na rede elétrica de serviço público da energia elétrica produzida, e determina o montante das taxas previstas no Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro.

10. FINANÇAS

• BANCA / INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/ SOCIEDADES FINANCEIRAS

Lei n.º 18/2015, de 04 de março

(Assembleia da República)

Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, e 2013/14/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, que asseguram a execução, na ordem jurídica interna, dos Regulamentos (UE) n.ºs 345/2013 e 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da atividade de investimento em capital de risco.



- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Declaração de Retificação n.º 10/2015, de 06 de março

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 17-A/2015, de 30 de janeiro que aprova as instruções de preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações - AT, para cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a subalínea i) da alínea c), e a alínea d), do n.º 1 do artigo 119.º, do Código do IRS.

Portaria n.º 69/2015, de 10 de março

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Segunda alteração à Portaria n.º 226/2013, de 12 de julho, que aprova os modelos de pedido de emissão da declaração e de declaração relativos ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, estabelecendo ainda os procedimentos de entrega do pedido e de emissão da declaração.

Declaração de Retificação n.º 12/2015, de 11 de março

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, que procede à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto Lei n.º 215/89, de 1 de julho, o Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro e a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

Portaria n.º 72/2015, de 11 de março

(Ministério das Finanças)

Aprova a declaração modelo 29 para cumprimento das obrigações declarativas previstas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 83.º do Código do IRC, e respetivas instruções de preenchimento.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Decreto-Lei n.º 36/2015, de 09 de março

(Ministério das Finanças)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2015.



11.HABITAÇÃO

Portaria n.º 69/2015, de 10 de março

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Segunda alteração à Portaria n.º 226/2013, de 12 de julho, que aprova os modelos de pedido de emissão da declaração e de declaração relativos ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, estabelecendo ainda os procedimentos de entrega do pedido e de emissão da declaração.

12.IGUALDADE DE GÉNERO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2015, de 06 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Promove um maior equilíbrio na representação de mulheres e homens nos órgãos de decisão das empresas e institui mecanismos de promoção da igualdade salarial.

13.INDÚSTRIA

Decreto-Lei n.º 32/2015, de 04 de março

(Ministério da Economia)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 211/99, de 14 de junho, que estabelece as regras a que devem obedecer o projeto, o fabrico e a avaliação da conformidade, a comercialização e a colocação em serviço dos equipamentos sob pressão, transpondo o artigo 13.º da Diretiva n.º 2014/68/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014.

Portaria n.º 68/2015, de 09 de março

(Ministérios da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar)

Identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e ou ampliação, de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, de revelação e aproveitamento de massas minerais, de aproveitamento de depósitos minerais e instalações de resíduos da indústria extrativa.



14.JUSTIÇA

Declaração de Retificação n.º 9/2015, de 03 de março **(Assembleia da República)**

Declaração de Retificação à Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro, que procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro.

Acórdão n.º 96/2015, de 03 de março **(Tribunal Constitucional)**

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 97.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto.

Lei n.º 20/2015, de 09 de março **(Assembleia da República)**

Nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

15.ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional.

16.PORTUGAL 2020

Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março **(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)**

Adota o Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu.

Portaria n.º 60-C/2015, 02 de março **(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Ciência)**

Adota o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano.



17. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2015/A, de 02 de marco

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2011/A, de 15 de fevereiro, que define o processo de reconhecimento e acompanhamento dos projetos de interesse regional (PIR).

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/A, de 05 de marco

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores.

18.SAÚDE

Portaria n.º 63/2015, de 05 de marco

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Fixa as taxas que são devidas pelos atos prestados no âmbito da Lei n.º 21/2014, de 16 de abril.

Portaria n.º 64/2015, de 05 de marco

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Visa estabelecer as normas de funcionamento da Rede Nacional das Comissões de Ética para a Saúde (RNCES)

Portaria n.º 65/2015, de 05 de marco

(Ministério da Saúde)

Estabelece as normas a que deve obedecer o funcionamento do Registo Nacional de Estudos Clínicos (RNEC)

Portaria n.º 70/2015, de 10 de marco

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Fixa o valor das ajudas de custo e de transporte a atribuir ao pessoal médico nas situações de mobilidade a tempo parcial, nos casos em que a realização do período normal de trabalho seja em dois ou mais serviços ou estabelecimentos de saúde, que distem entre si mais de 60 km.



Portaria n.º 71/2015, de 10 de março

(Ministérios da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Aprova o modelo de ficha de aptidão para o trabalho.

19.SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 59/2015, de 02 de março

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Define as condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais, designados por lar residencial e residência autónoma.

Portaria n.º 60/2015, de 02 de março

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece as condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD).

Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Adota o Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu.

Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais.

Portaria n.º 71/2015, de 10 de março

(Ministérios da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Aprova o modelo de ficha de aptidão para o trabalho.

20.TRABALHO

Decreto-Lei n.º 34/2015, de 04 de março

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Transpõe a Diretiva n.º 2012/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 2008/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2015, de 06 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Promove um maior equilíbrio na representação de mulheres e homens nos órgãos de decisão das empresas e institui mecanismos de promoção da igualdade salarial.



Portaria n.º 70/2015, de 10 de março
(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Fixa o valor das ajudas de custo e de transporte a atribuir ao pessoal médico nas situações de mobilidade a tempo parcial, nos casos em que a realização do período normal de trabalho seja em dois ou mais serviços ou estabelecimentos de saúde, que distem entre si mais de 60 km.

Portaria n.º 71/2015, de 10 de março
(Ministérios da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Aprova o modelo de ficha de aptidão para o trabalho.

Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 de março
(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais.

21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/201, de 06 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina o início do processo de abertura ao mercado da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., e Metropolitano de Lisboa, E.P.E., através da subconcessão destes serviços.

Decreto-Lei n.º 35/2015, de 06 de março
(Ministério da Economia)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de março, que estabelece as condições que devem ser observadas no contrato de transporte ferroviário de passageiros, conformando as regras nacionais que regulam o contrato de transporte ferroviário de passageiros com as disposições do Regulamento (CE) n.º 1371/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007.



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

